



ANEXO I - Despesas, Repasses e Receitas

Sigla: TRT 15ª Região
Nome do Órgão : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Autoridade Máxima: DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL
Responsável pela Informação : SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
Mês de Referência (MM/AAAA) : 11/2024
Data da Publicação: 20/12/2024

Inciso I – Despesas com Pessoal e Encargos

Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
a	despesas com pessoal ativo	126.338.069,94
b	despesas com pessoal inativo e pensões	59.655.261,70
c	encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal	28.184.791,63
d	despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica, apropriado pelo Critério de Competência	0,00
	TOTAL	214.178.123,27

Inciso II – Outras Despesas de Custeio

Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
a	benefícios a servidores e empregados – auxílio-transporte	7.639,97
b	benefícios a servidores e empregados – auxílio-alimentação	5.314.632,15
c	benefícios a servidores e empregados – auxílio-creche	763.075,52
d	benefícios a servidores e empregados – assistência médica e odontológica	11.293.991,25
e	diárias pagas a servidores, empregados e colaboradores	681.936,68
f	Passagens e despesas com locomoção	220.913,01
g	Indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia	789.516,67
h	aluguel de imóveis	2.144.840,58
i	Serviços de água e esgoto	184.663,59
j	Serviços de energia elétrica	720.148,59
k	Serviços de telecomunicações	11.848,10
l	Serviços de comunicação em geral	731.231,23
m	serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados	1.496.097,03
n	serviços de limpeza e conservação	737.229,47
o	serviços de vigilância armada e desarmada	3.125.167,80
p	Serviços de publicidade	2.005,36
q	locação de mão de obra e postos de trabalho, ressalvado o apropriado nas alíneas “n”, e “o”	733.936,85
r	Serviços de seleção e treinamento	1.582.000,69

s	Aquisição de material de expediente	0,00
t	aquisição de material de processamento de dados e de software	5.060,00
u	aquisição de material bibliográfico	6.334,20
v	aquisição de combustíveis e lubrificantes	0,00
w	aquisição de gêneros alimentícios	14.710,00
x	aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas 's' a "w"	395.896,51
y	serviços médicos e hospitalares, odontológicos e laboratoriais	0,00
z	demais despesas de custeio	6.115.373,86
	TOTAL	37.078.249,11

Inciso III – Despesas com Investimentos

Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
a	Construção e reforma de imóveis	3.973,08
b	Aquisição de Material Permanente - Veículos	0,00
c	Aquisição de Material Permanente – Equipamentos de Informática	0,00
d	Aquisição de Material Permanente – Programas de Informática	0,00
e	Aquisição de Material Permanente – Demais itens	181.275,32
	TOTAL	185.248,40

Inciso IV – Despesas com Inversões Financeiras

Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
a	Aquisição de imóveis, ou bens de capital já em utilização.	0,00
b	Outras inversões	0,00
	TOTAL	0,00

Inciso V – Repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou sub-repasses recebidos, destinados ao pagamento de

Alínea	Discriminação dos repasses	Valores (R\$ 1,00)
a	Pessoal e Encargos	193.906.739,55
b	Custeio	26.872.708,33
c	Investimentos	6.981.873,17
d	Inversões Financeiras	0,00
	TOTAL	227.761.321,05

Inciso VI – Receitas

Alínea	Discriminação das receitas	Valores (R\$ 1,00)
a	recursos a título de custas judiciais	5.927.826,54
b	recursos a título de taxas judiciárias	74.095,79
c	recursos a título de serviços extrajudiciários	18.744,54
d	demais recursos conforme previsão em leis específicas	2.780.264,18
	TOTAL	8.800.931,05

FONTE: SIAFI-Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

LEI Nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024 - Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

Nota Explicativa:

1. Demonstrativo das despesas realizadas no mês, ou seja, cujos empenhos foram liquidados nos termos do art.63 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.